



debate público

“HOMENS LENTOS, ESPAÇOS OPACOS E RUGOSIDADES”
com Ana Clara Torres Ribeiro, Cassio Hissa e
Cibele Risek (apresentadores), Ana Fernandes
(debatedora) Paola Berenstein Jacques
(coordenadora) - dia 15 de agosto de 2011 no
auditorio Mastaba da Faculdade de Arquitetura da
UFBA

FALA DA DEBATEDORA

ANA FERNANDES:

Pessoal eu quero dividir com vocês esse trabalho. É impossível... assim, vocês ouviram as três pessoas que me antecederam escreveram textos, falaram assim, com uma leveza, como se fossem ideias que estivessem brotando no momento.

E eu devo dizer a vocês que eu estou fazendo um esforço profundo para conseguir ter alguma coisa a dizer sobre essas três belíssimas exposições que aqui foram colocadas.

Então, como eu tenho certeza que vocês vão dividir comigo essa tarefa, eu vou colocar duas ou três coisas aqui, para não dizer que não falei de flores, e que eu acho que tem a ver também com algumas inquietações.

Isso tudo tendo como referência um geógrafo chamado Milton Santos, que já é para mim uma questão dupla de poder – não é nem defrontar nem confrontar mas de, enfim, “fazer face a”, mas enfim...

Eu acho que uma questão que me parece importante a gente confrontar é um pouco a relação entre abstração e experiência. Muitas vezes, me parece que a esfera da abstração é desprestigiada frente à experiência, ao fato de haver uma relação concreta imediata, sensível, produtiva de relações etc. Nesse sentido, eu entendo, claro, que toda vez que a gente faz uma afirmação, que a gente segue um caminho de exploração de uma ideia, é um caminho que por ser um caminho metodológico ele necessariamente inclui algumas coisas e exclui outras.

Então, eu fico sempre me questionando a respeito disso porque me parece que a vida é feita de abstração e experiência, não existe uma coisa sem a outra, particularmente no mundo em que a gente vive hoje. Se pensar na utilização da moeda, que o Simmel, lá nos anos 1920 já discutiu que na era assim a capacidade máxima de abstração, que era o fato de se poder lidar com moeda, que era um equivalente geral de coisas absolutamente distintas. Nós vamos dizer que a moeda não faz parte da nossa experiência? Mesmo tendo grau de abstração que é semelhante àquele que o Marx desenvolveu quando ele fala do equivalente geral, – que vai permitir toda essa discussão da mercadoria, da troca de mercadorias pela moeda... – então eu fico me perguntando de que forma, ao privilegiar uma dessas dimensões, a gente não está passando por um processo de redução muito acentuada da própria experiência de vida, da própria vida não é nem de experiência de vida, é da própria vida.

E nesse sentido, eu não sei se eu consegui entender direito o grau de reflexão necessária ao que Cibele

falou, mas me parece, também, que tem uma oposição entre tempo e duração, que eu fico me perguntando se o tempo é diferença e duração é permanência? E o tempo é experiências distintas e a duração é repetição, é trabalho controlado, é reprodução mecânica cotidiana? Porque a duração ela pode ser entendida também como memória e mesmo que a memória não seja algo estanque, algo fixo no tempo – porque ela é continuamente ressignificada (eu não gosto dessa palavra mas é a que me ocorre agora), ela está sendo refeita, está sendo atualizada enfim, está sendo redimensionada.

O tempo da duração é algo que nos remete à questão de uma experiência vivida, de algo que não necessariamente está na contemporaneidade das relações, mas que nos traz essa dimensão ao da memória e que tem aí um elemento bastante importante dessa nossa relação com o tempo que pode ser tempo, pode ser duração pode ser memória, a gente pode ter diferentes formas de classificar isso.

A segunda questão que eu queria colocar é pensar primeiro essa forma de estruturação do discurso – eu acho que Cássio foi mais enfático a esse respeito – que é de dividir entre nós e eles: nós os homens lentos, eles os homens lentos. Quem são eles os homens lentos? Isso é uma estratégia de discurso? É categorização de estrutura social? É uma diferenciação de posição de quem fala, analisando determinadas situações? E aqui, eu queria, só para fazer uma ligação com o ponto anterior, relembrar também que o nível de abstração do nosso discurso é extremo, tá certo? E, ao ser extremo ele faz parte de um conjunto de possibilidades dialógicas, como diz a Ana Clara, que é muito limitado, do ponto de vista de com quem dialogamos. Então, esse nível de abstração é uma tradição da construção intelectual e, ao mesmo tempo, ele é uma possibilidade de

contraposição à didatização do mundo – e isso eu acho que Ana falou, a simplificação dos conceitos: de repente homem lento é aquele que anda a 5 km por hora? Você passa a empiricizar os conceitos, de forma a torná-los palatáveis o que faz com que, na maioria das vezes, eles percam sua potência de análise e de questionamento do fenômeno ou do objeto que vc esta querendo analisar.

Por outro lado, esse grau extremo de abstração, que é maravilhoso: você entender um texto do Marx é de um nível de abstração que é quase que olhar as estrelas com outro tipo de estranheza, mas, realmente é deslumbrante você conseguir imaginar, você seguir... eu aconselho vocês lerem Manuscritos econômicos filosóficos particularmente aquele que trata do trabalho alienado, talvez seja uma das peças literárias mais lindas que eu já vi. Mas, ao mesmo tempo, também se coloca a questão, então, com quem dialogamos? Com que universo nós estamos conversando? Isso me parece importante porque quando nós colocamos o “nós” e o “eles”, o “eles”, muitas vezes, é incapaz de conhecer a fronteira geográfica, eu não estou falando de algo muito complicado de conseguir entender o que é uma cidade, como tem outras cidades, como tem outros estados, outros países. Eu sou frequentemente confundida em Salvador, com um estrangeiro. E eu sou estrangeiro porque eu falo como paulista. Aí você fala: mas paulista é estrangeiro? É. Eu já ouvi isso dezenas de vezes. Então, essa possibilidade do uso da abstração e possibilidade de tradução dessa abstração sem diminuirmos sua complexidade ou sem didatizarmos o mundo, eu acho que é um desafio extremamente grande, particularmente quando você pensa num processo de atuação social mais direto que não é apenas o da... não é só porque o trabalho da anatomia é um trabalho já, enfim, de per si já complexo e poderoso. Mas o fato de você

trabalhar com outras instâncias, eu diria quase que de instrumentação – não é uma boa palavra mas de problematização desse pensamento de uma forma mais geral, eu acho que é uma questão importante.

Quando Ana Clara fala, por exemplo, da sobrevivência e da ilegalidade socialmente necessária – que é uma forma de você se defrontar com um universo de carência sem limite, muitas vezes, e ter que garantir seus próprios mecanismos de sobrevivência nesse universo – eu fico me perguntando: mas, com que grau de abandono a gente está trabalhando? Ou seja, o pensamento crítico, nesse sentido, também, ele ao reconhecer a ilegalidade socialmente necessária, existe uma possibilidade de abandono ao fazer esse reconhecimento como sendo uma situação que é produtiva, que é criativa que é produtora de relações de primeiro grau, digamos assim, quase de relações comunitárias ou mesmo relações secundárias, mas com que grau de abandono, se confrontado com o patamar de reprodução que a sociedade do século XX está acostumado – ou mais do que está acostumada, que tem como referência nos processos de reprodução.

É claro que é extremamente complicado entender esse conjunto de questões e, para isso, eu lembraria de um outro parzinho de conceitos do Milton: para ele explicar o espaço, ele fala que o espaço é um sistema de objetos e um sistema de ações. Esse sistema de objetos, que a gente talvez até tenha mais intimidade na análise de como esse sistema de objetos vem sendo produzido, com que grau de segregação, com que grau de exclusão, com que grau de violência... E acho que esses são alguns dos elementos, viu Ana Clara, de porquê o espaço hoje é tão importante: porque ele é um objeto de cobiça. E é um objeto de cobiça em grande parte ocupado, então, ele precisa de fato, ser problematizado de uma forma

voraz. Se eu penso no sistema de ações, relacionando com aquilo que eu tinha falado anteriormente da questão da abstração e da experiência, e reconhecendo o drama que é o paradigma administrativo gerencial do estado que hoje ele faz com relação à questão social, qual é a relação entre a produção intelectual e esse universo social mais amplo mais diferente mais distinto? É uma relação de explicação? É uma relação de instrumentação? É uma relação de atribuição? Pensando que a ação de explicação pode gerar didatização, a ação de instrumentação pode significar captura e a ação de atribuição pode significar uma fragmentação extremamente grande do conjunto de ações.

Então, me ocorre perguntar: existe ainda a atualidade da ideia de interesse público? Será que isso é algo que foi extremamente construído e constitutivo da modernidade, será que a ideia de interesse público, que é algo que daria conta daquilo que interessaria à maioria, à essa maioria silenciosa ou ao comum à multidão ou ao conjunto de setores sociais dominados, digamos assim, será que isso faz algum sentido? E se não faz mais sentido enquanto ideia unitária do interesse comum, de que maneira pensar então a construção tensionada, o tempo todo, em torno dessas questões que são as questões que regulam, digamos assim, a nossa vida em sociedade. Então, acho que disso deriva uma possibilidade de a gente pensar a elaboração da política pública. E eu acho que a política pública, ela é extremamente importante desde que ela não se dissocie da política, evidentemente. Quer dizer, política pública transformada em gerenciamento de multidões, realmente ela não tem muito sentido. E, então, eu fico pensando uma outra questão que Ana colocou: por que todo mundo fala tanto em território hoje? Por quê, que tudo é território? Bahia hoje está dividida em 27 territórios de identidade,

com esse nome, e foi uma iniciativa do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e o que é curioso de perceber é que se a gente vai olhar o que deu origem a essa política, a discussão sobre território foi extremamente tensa. Tem um texto do Rogério Haesbaert, no site do MDA que é... Assim, o que a gente está fazendo aqui hoje tem um nível de abstração “um” frente ao que ele colocou na discussão territorial, sobre território, naquela ocasião. Então, o que eu fico me perguntando com relação a isso, é que primeiro talvez os nossos administradores, nossos governantes eles tenham se dado conta de que as coisas acontecem no espaço e daí a ideia de território. Eu acho que começa a fertilizar algumas políticas públicas. Mas, por outro lado ao instrumentar a noção de território, ela necessariamente passa por um processo de depuração, quer dizer, ao instrumentalizar o conceito necessariamente ele perde uma efetividade conceitual, ele perde a possibilidade de promover questionamentos sobre aquela mesma realidade porque ele se torna referência. E, por outro lado, ele tenta estabilizar uma determinada realidade para poder agir sobre ela. E, claro que na hora que estabiliza você perde tudo o que havia de movimento, de transformação de atualização etc. De qualquer forma, me parece que esse conceito estava presente, sobretudo na geopolítica na época do Golbery que era a ideia do território nacional e agora ele já consegue talvez pensar uma multiplicidade um pouco maior, embora sempre nesse processo de idas e vindas de conquistas e abandonos de avanços e derrocadas que acontece na utilização conceitual.

Por fim, eu só diria que, Cássio, eu acho que pressa e lentidão, eles não têm essa relação direta pressa com a razão e lentidão com emoção. Eu acho que o lento tem uma racionalidade e tem uma emotividade que são distintas da racionalidade

e da emotividade da pressa. E agora eu disse que era por último, né? Só tem mais uma coisinha que diz respeito à cidade viva... Às vezes eu fico me perguntando em que medida essa cidade viva ela é uma figura de discurso porque é difícil preencher isso de conteúdos. A cidade viva é uma cidade que gente se refere como se fosse algo que está fora do discurso e por estar fora do discurso, a gente não sabe como trabalhar exatamente essa cidade viva. Então ela é trabalhada em negativo, grande parte das vezes, ela é trabalhada como ausência que existe na esfera dominante. E aí eu acho que isso é uma coisa extremamente importante, enquanto problema de pesquisa, digamos, né? Eu tendo a achar também que isso corre o risco de ficar descrevendo, de partir para uma empiria que não é a empiria do IBGE, mas são outros tipos de empiria e que eu acho que seria extremamente importante que trazer para dentro do discurso essa referência à cidade viva, sem cair evidentemente nos paradigmas do neoliberalismo que quer uma cidade absolutamente desregulamentada.

CIBELE RIZEK:

Antes de mais nada, eu queria agradecer muitíssimo e dizer... Bem, eu acho que a abstração que eu usei no singular, a gente teria que utilizar no plural, são muitas as esferas de abstrações, não dá para se imaginar “a abstração substantivada”, e entre elas, evidentemente, a moeda é absolutamente fundamental. O que não significa, por outro lado, embora ela faça parte de uma experiência concreta de vida, pois ela tem uma violência arrebatadora. E qual é a violência da moeda? É a redução da própria vida à quantidades, se a gente vai para admissão

“simmeliana”, você teria uma coisa fundamental em Simmel que é toda uma dialética da objetivação e subjetivação na qual o que se perde é o sujeito. Enfim, isso é uma discussão sem fim, mas é por isso que Simmel vai caracterizar a experiência moderna como uma experiência absolutamente trágica. E parte desta tragédia tem a ver com o território da abstração.

Mas eu acho que tem um pouco mais do que isso, acho que o território da abstração é também, o que seria, por exemplo, o território da quantificação. Por exemplo, o território censitário é uma das possibilidades, sobretudo o território da naturalização da gestão, em contraponto, por exemplo, da possibilidade da ação. Quer dizer, o território da abstração não é ação. Eu acho que a preocupação do Merleau-Ponty era muito a duração da continuidade do mesmo, a interrupção da possibilidade da história. Da história como transformação, a impossibilidade do acontecimento como ponto de inflexão, acho que era isso que ele estava pensando, sobretudo a grande reflexão do século XX, que passa por Merleau-Ponty e por tantos outros pensadores, que é como foi possível o nazismo. Como foi possível a continuação, duração e a permanência desta coisa inacreditável, que pode ser reconhecido como fenômeno totalitário. Isso para ele seria continuidade e não transformação. Ele estava em diálogo com o Socialismo, dialogou com o marxismo o tempo todo, ele esperou a vida toda a revolução – aquela mesma que nunca chegou. Acho que era este o território do Merleau-Ponty. Sobretudo tem o contraponto disso que é o contraponto do espaço, que para ele é pacto entre corpo e mundo: quando você percebe o espaço como pacto entre corpo e mundo como é que você percebe o tempo? Como é que você vive o tempo? Eu não queria absolutizar isso, eu só queria mostrar que este território da abstração é este

mesmo território da naturalização, da quantificação, da cartografia censitária, do número produzido pelo estado. Do mapeamento feito pelo Estado. E desta possibilidade quase inacreditável de perder a dimensão subjetiva daquilo que se quantifica. Agora, dá para não quantificar? Não! Por outro lado, o que a quantificação de fato nos informa sobre o real? São categorias socialmente produzidas, que são igualmente abstratas e que produzem um sucedâneo do real. É o abstrato que parte do empírico e chega... eu juro a vocês que quando eu li esta frase eu rasguei o livro, eu tinha 18 anos, mas a frase é a seguinte: “Do abstrato se chega ao concreto, e é o próprio concreto – segundo Marx – síntese de múltiplas determinações e unidade do diverso”. Na minha edição, que era muito metida – eu tinha uma edição em francês, até porque não tinha outra na época, porque estava super proibido – tinha uma nota de rodapé, na qual Marx cita Espinoza em latim. E aí, nesta nota de rodapé Marx chama Espinoza e fala assim: “segundo Espinoza toda determinação é uma negação”. Ou seja, o concreto é uma síntese de múltiplas determinações, de múltiplas ligações coligadas com o diverso. Evidentemente, o concreto é o ponto de chegada, agente passa pela abstração, mas a gente só passa pela abstração no caminho entre a empiria e o desvendamento da unidade do diverso.

88

Mas eu queria ainda colocar outras questões – eu sei que vai ser muito feio porque vou precisar sair, mas... Cássio: antes que você saia, poderia falar da possibilidade de se compreender o concreto como resultado da abstração? É que o concreto não é o resultado da abstração, é a superação no sentido dialético, é a superação no sentido para cima e não um resultado da abstração, no sentido para baixo... Isso e nem sei se dá para pensarmos nestes termos hoje. Mas, enfim, Marx estabelece esta coisa muito

interessante de se perceber, que a realidade teria um momento dialético e que a reflexão deveria trabalhar também na dialeticidade no sentido da sua superação para cima. Infelizmente, muitos anos depois, eu acho que aconteceram resoluções para baixo: algumas das grandes contradições que Marx descreve e percebe foram resolvidas para baixo, achatando as perspectivas e horizontes, encolhendo imensamente os nossos horizontes. E desta perspectiva, eu não sei, fiquei pensando quem é o trabalhador urbano hoje, por exemplo? Ele é o homem lento? Ou não? Como é que a gente pensa a liminaridade entre legalidade e ilegalidade dentro da lógica inexorável do negócio? Quem está de fora? Como se dá o jogo das luzes e sombras? Como é que a gente pensa então razão instrumental e metodologia quando na verdade, eu já disse isso sexta-feira, a realidade não tem mais disfarces, ela aparece quase como ela é, e o “vício já não rende nenhuma homenagem à virtude” e aparece positivado. Eu vou dar um exemplo a vocês do empreendedorismo: façamos de todos os pobres empresários e a gente resolve a questão! “A ciência como negócio”... eu não estou brincando, isso é o slogan da Agência USP de Inovação, sob encomenda da poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Gente, não tem disfarce, eles não estão falando que a gente está produzindo ciência pelo bem comum e do futuro da nação... aqui ó!! Estamos produzindo conhecimento para a poderosa FIESP e sei lá eu mais para quem. Diante desta realidade, como é que agente cartografa ou não, descreve ou não, dimensões que encolhem os sujeitos, desubjetivam? E mais do que isso, como é que a gente sobrevive ao fim do mundo como espaço entre nós?

ANA CLARA RIBEIRO:

Bem, antes de mais nada, Ana (Fernandes) como foi fantástica a sua articulação entre as falas, sobre as quais não via a menor possibilidade de atravessar todas... Mas você colocou questões realmente fortíssimas e a primeira delas diz respeito a questão da abstração. Ela tem uma dupla face, a princípio, uma delas muito próxima da alienação. Se nós imaginamos realmente citar aqui a escola do pensamento crítico que se realiza através do materialismo histórico, e a escola da filosofia crítica mesmo, introduz claramente a associação entre a abstração e a alienação. A outra face é a história da ciência, mas para a ciência a abstração é necessária, onde há reduções controladas da complexidade, pois sabemos que é absolutamente impossível dar conta da totalidade empírica. A totalidade concreta – esta que está para além do discurso de Marx, não se confunde com a totalidade empírica. Se confunde com a articulação entre as leis responsáveis pela sua estruturação e pela sua transformação, que é isso que interessa à revolução, afinal de contas, é saber como as coisas se estruturam e como são transformadas. É para isso que serve este conhecimento, para fazer a revolução do que está aí e que é inaceitável eticamente.

Neste sentido, a construção de Marx se coloca na busca não de uma totalidade empírica – porque ninguém dá conta da totalidade empírica, ou da totalidade concreta que está para além disso. Muitas vezes o que acontece, Ana, é o empiricismo disfarçado, que confunde a totalidade concreta e a totalidade empírica, num mar de informações e descrições que não vai muito longe mesmo. Em face disso, viva as abstrações. Pois de outra forma estaríamos mergulhados sempre, sempre e sempre, numa busca de precisões empíricas absolutamente

desnecessárias e inúteis, e nesse ponto eu comungo com você. Então me parece que a questão da abstração tem estas duas faces, de um lado a ciência e de outro a Filosofia, e as duas coisas se aproximam, dependendo da corrente do pensamento que nós estivermos refletindo e operando aqui, mas são duas faces distintas igualmente importantes. Num lado mais próximo daquilo que eu citei, nós temos esta questão que você introduz, da ilegalidade, quer dizer, até que ponto o reconhecimento de uma ilegalidade social necessária não corresponderia a um grau de abandono: bom, então isto é necessário e aí assim fica, e o máximo que fazemos é reconhecermos a necessidade disso que já existe. Poderia isso ser visto assim e eu desconfio que não é isso. O que eu queria colocar é o seguinte, é que como nós tratamos da condição popular, não tem como escapar de um desvio da norma, porque sem o desvio da norma não há sobrevivência possível, e rapidamente isso instaura o princípio da ilegalidade como potência. Então o que acontece, quanto mais se normatiza mais se exclui, quando a sociedade é completamente injusta. Então a busca da democracia através de uma sociedade normativa é absolutamente injusta. Então, nós temos aí uma certa “indústria normativa”, [...]

CASSIO EDUARDO VIANNA HISSA:

Eu só quero fazer um comentário sobre aquele pontozinho que você (Ana Fernandes) pescou. Na verdade, eu fazia aqui, literalmente, uma caricatura entre essas ideias: lentidão, emoção, pressa e razão, era isso? E a Ana me beliscou, e aí é verdade, quer dizer, eu não poderia mesmo pensar numa razão ensimesmada, nem numa emoção ensimesmada. Ainda que a gente possa pensar

num atravessamento de ambas, não é. É inevitável que eu pense aqui, por exemplo, no Paulo Freire, quando ele diz que a experimentação do mundo precede a leitura da palavra. E aí eu penso que a emoção, a experimentação, é que dá origem a esse pensamento mais próximo do processo de abstração de um modo geral. Sentimos antes para podermos ter mais condição de pensar; e quanto mais sentimos, quanto mais experimentamos, maior nossa capacidade de agir. Não existe nada que seja separável. Então você sublinha isso – eu não me lembro mais da importância que você dá a isso na sua fala – esses atravessamentos, essas gradações ou essas presenças insidiosas, por exemplo, da pressa na lentidão e vice-versa; nessa contaminação recíproca; e foi exatamente por conta disso que eu pensei em Barthes, no “Prazer do texto”, na ausência de uma ideologia, que é evidente que é algo dominante, né. Então era só esse comentário. Era uma caricatura e você pinçou bem. Valeu apenas pensar aqui junto com vocês.

DEBATE ABERTO

CLAUDINEI:

Meu nome é Claudinei, eu sou professor da Geografia aqui da UFBA, quero agradecer a presença do Cássio, da Ana. E mais uma vez constatar, com um pouco de tristeza, que o debate da obra de Milton Santos vem se fazendo, acho que com muito mais fertilidade, fora de onde ele constrói seu discurso, da área da Geografia. Eu acho isso muito bom por um lado, mas por outro a gente fica um pouco triste né,

porque ele podia ser mais debatido, e debatido de uma forma mais produtiva na Geografia. Eu acho. Eu tinha algumas coisas pra colocar em relação à noção de território, que a Ana colocou e Ana Fernandes também comentou. Essa retomada do território, como uma categoria instrumental e de ação política e governamental, será que ela não vem pra substituir a região, que durante muito tempo pontuou as ações governamentais, não é? Então o território tem toda uma carga diferenciada, talvez para dar concretização a novos movimentos sociais que não cabiam, digamos assim, no conceito de região, não é?

E a outra questão, é uma questão mais geral em relação ao pensamento de Milton Santos, já que esses três conceitos balizaram as apresentações. Eu tenho uma preocupação muito grande, de um lado com a fragmentação do conjunto desse pensamento, por outro lado também com, muitas vezes, a positividade de um pensamento que é naturalmente dialético; que surge dialeticamente em sua estrutura, e a questão é que muitas vezes se transforma em forma positiva. E há aí um descompasso tremendo né. E daí a grande dificuldade de dar conta de uma visão mais integral, de uma visão mais abrangente. E quando eu falo dessa abrangência, eu falo de dois temas que normalmente são tratados em separado: a dimensão epistemológica e a dimensão ontológica do pensamento de Milton Santos. Quando se discute, ou quando alguns autores tratam da dimensão ontológica do trabalho de Milton Santos, eles remetem muito a ela isoladamente e quando se trata da Epistemologia, também a ela em separado, não é? O que sugere que a interpretação deve passar necessariamente por esses dois momentos. Me parece que é uma forma mais produtiva de apropriação do pensamento de Milton Santos. Essa linha hermenêutica. Talvez, por ela, a gente possa pôr na mesa em igualdade de condições de debate,

várias interpretações, e essa polemização venha a, digamos assim, um aprofundamento, ou a uma ultrapassagem, porque o que me assusta muito é que de repente Milton Santos aparece como algo inatingível, e isso vai contra tudo o que ele disse. Tudo o que ele fez foi na direção exatamente de ultrapassar o que estava posto. E o dele hoje, é posto. Cabe à gente ultrapassar.

ÍCARO:

Ana Clara, queria dizer que é sempre um prazer ouvi-la. Toda vez que você vem é realmente maravilhoso. Primeiro, eu quero fazer um comentário sobre uma coisa que você falou que eu achei importantíssimo. O escape, o efêmero e o passageiro, será que são as únicas formas de escapar do dominante? Acho que essa reflexão é realmente muito importante. É um desafio muito grande pensar formas fixas que se articulam na contramão dos processos hegemônicos, mas essas formas são muito necessárias também. Elas precisam ser pensadas, e eu acho que às vezes a gente se esquiva delas, né? Acaba-se atendo muito ao efêmero, que é fundamental de ser pensado, e também é um fato novo que tem sido muito explorado agora, sobretudo no contexto de Arquitetura e Urbanismo, mas não esquecer das formas fixas, né? Isso, acho que é um desafio pra gente no Laboratório Urbano também, lembrar disso.

E as outras duas coisas que eu gostaria de falar são duas provocações; na verdade um pretexto pra ouvir você falar mais um pouquinho. Primeiro você falou que ação é tempo, geralmente né, que não deixa marcas. Aí eu me lembrei que ano passado a gente trabalhou um ano em Alagados. A gente trabalhou durante o ateliê (Ateliê 5, disciplina da graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA) de Paola

Berenstein Jacques, e logo quando a gente chegou lá e começou a trabalhar tinha um lugar em Alagados que era um lugar belíssimo, onde tem uma igreja, um lugar mais alto com uma vista super bonita, só que ninguém vai. Ninguém frequenta esse lugar. E a gente achou isso muito estranho, não conseguiu entender muito. E depois conversando com as pessoas começou a ficar um pouco mais claro, no sentido de que era ali que tinha a ação dos traficantes e ações policiais, espancamentos. Todo mundo sabia de circunstâncias que acabavam produzindo uma territorialidade que, do ponto de vista espacial, se colocava muito claramente como espaço do inócuo, vazio. Então fiquei pensando em que medida essas ações não reverberam numa espacialidade que é muito palpável, que configura mesmo os espaços. Então será que essas ações não deixam marcas no espaço, na medida em que essas territorialidades são subjetivas?

A outra coisa: você falou sobre o pensamento radical, que nunca esteve tão censurado diante da hegemonia do pragmatismo administrativo, da substituição da política pelas políticas públicas pelo governo, por governabilidade né, enfim. E você falou também da importância do senso comum, do senso prático da vida. E eu fiquei pensando na relação dessas duas coisas. Em que medida esse pragmatismo administrativo não está dialogando com esse senso prático da vida? Que não se identifica com ideologias, mas com transformações concretas. As pessoas estão meio desacreditadas das ideologias né, então a política acaba assumindo também esse caráter de gestão. Ninguém liga se o governo é de esquerda ou de direita, o que importa é que as transformações se efetivem, com alguma concretude.

THIAGO:

Quando a gente organizou a mesa, teve um evento um pouco anterior na Geografia em que o título era algo como “Dez anos sem Milton Santos”. Então aqui a gente percebeu a necessidade de atualização. Então mais do que apresentar, nosso objetivo foi de confrontar as ideias e perceber quais são as perspectivas de atualidade mesmo desses três conceitos. Entre eles aquele com o qual eu me relaciono mais, o de homens lentos. E quando a gente estava decidindo sobre o nome da mesa junto com Paola a gente discutiu um pouco se utilizava homens lentos ou lentidão, não é? Afinal a gente decidiu manter homens lentos já que esse é o modo como Milton Santos escreve. E sobre isso eu queria perguntar a vocês se não incorre, ou não existe, nessa enunciação de homens lentos o risco de androcentrismo que já é tão presente na ciência, tão presente na Geografia, e isso é tão evidente. Quer dizer, é um problema de gênero implícito no próprio conceito. No meu caso, não descobrir a lentidão nem em homens nem em mulheres, me levou a descobrir a lentidão em corpos que de certa forma são inumanos. É até uma pena a Cibeles já ter ido embora, por que Merleau Ponty me ajudou a abrir um pouco mais a perspectiva de animalidade, e como ela o citou, acho que seria interessante ela estar aqui.

Então a primeira questão é esse risco. E a segunda, tem a ver com uma palestra onde Milton Santos foi expor esse projeto de pesquisa dele da época, se não me engano 2004, pra esse grupo de pesquisa da USP. Então é uma palestra que é redigida, um texto bem curto onde ele fala que a lentidão pode ser observada a partir do autorreconhecimento do pesquisador que assume a sua própria condição de sujeito, então teria a ver com uma questão quase biográfica mesmo. E como pensar isso em face desse mercantilismo

intelectual que a Cibeles comentou, que está sendo implantado em São Paulo? Ela deixou isso bem evidente. Como pensar essa biografia dos homens lentos e, nesse caso, eu estou pensando em algo mais na terceira pessoa do plural mesmo, e como pensar isso na universidade-indústria, como pensar essas biografias?

WILLIAM:

Meu nome é William e eu sou aqui do departamento de Geografia da UFBA. Uma pergunta para a professora Ana Clara Torres Ribeiro. Professora, durante a década de 1950 e em especial nas décadas de 1960 e 70, se estudou muito o chamado terceiro setor da economia. Tantos estudos, e o terceiro setor passou para o quaternário, depois ainda avançou, e ainda é problemático se falar no terceiro setor. “Homens lentos”, de uma certa forma, ainda é um passo inicial de operacionalizar uma ideia maior, que é o período demográfico da história. Então, como estudar as populações pobres das nossas cidades? Através dos estudos demográficos? Seria um retorno aos estudos demográficos, não tanto como recortes estatísticos, mas, vamos dizer, de uma perspectiva mais qualitativa? Qual ideia atual pode nos ajudar, sem o viés culturalista que nós temos bastante hoje em dia?

ANA CLARA RIBEIRO:

Bom, eu vou poder transmitir o que eu consegui apreender da complexidade que me foi apresentada aqui. Porque são diferentes debates e entradas, em questões trabalhadas por Milton Santos em obras bastante grandes. Então às vezes é difícil você dar um retorno que seja efetivamente consistente, que dê conta de apresentar ao menos um pouco de conteúdo.

Eu entendo que quando se faz referência à demografia, ou a esse “período demográfico” não se está fazendo referência à ciência chamada Demografia. Se está fazendo referência ao conjunto humano. Então, é o conjunto humano que por sua própria existência ultrapassará os mecanismos cruéis da administração financeira. Basta ver o que nós estamos observando hoje, através das grandes mobilizações que estão atravessando o Egito, chegando pela Inglaterra, saindo por aqui e por ali, demonstrando que o conjunto humano não se apaga facilmente. Há um peso aí, há um peso que não se apaga. Então o princípio do povoamento, o princípio do acúmulo humano, são princípios fundamentais para a obtenção de qualquer transformação da sociedade. Então o princípio demográfico é um princípio humano. Se nós estamos falando das possibilidades de um humanismo concreto, nós estamos falando também desse princípio demográfico. E nós temos que considerar aí, que o que está como projeto numa parte da obra de Milton é a emergência do período popular da história. E ele vai emergir porque a manipulação tem limite. Existe um nível de concretude que não pode ser simplesmente ultrapassado por imagens positivas, marketing político, nem nada parecido com isso. E isso diz respeito, sociologicamente, ao que se chama multidão. Negri não é o primeiro a falar de multidão. Existe uma reflexão larguíssima sobre a multidão e sobre os fenômenos de multidão, onde basta realmente um [estalos com o dedo] e isso explode, porque a sociedade também tem a sua própria natureza.

Se existe uma ontologia do espaço, existe uma ontologia do socius, e nessa ontologia do socius a contaminação comportamental é fato. É fato estudado historicamente. São os wilds fortíssimos, que é a indignação mesmo. Os indignados lá

da Espanha não são os primeiros indignados. Ao longo da história da humanidade existem muitas manifestações de saturação. E isto é demografia. Isto são, no sentido dos acúmulos humanos, as condensações demográficas que dão justamente essa força de coesão, que tem a ver com compartilhamento de situação vivida e a percepção compartilhada do que quer dizer essa situação vivida e o quanto que isto é insuportável. E há, vamos dizer, percepções que não dependem do discurso, porque esses discursos já foram feitos, já foram absorvidos, as percepções já foram compartilhadas e basta somente um [estalo com a mão]. Então esses são elementos que nós vamos chamar de demográficos.

Por outro lado, você fala do terceiro setor. Mas o homem lento, ele não está trabalhando somente em serviços, ele não é um ambulante necessariamente. O homem lento, nós podemos associar ao mercado informal de trabalho e não necessariamente é isso também, pois no mercado informal você não tem exclusivamente o setor de serviços, você tem muita produção de objetos, né? Existe o que eu chamo no trabalho que fazemos, uma produção fabril em grande parte não contabilizada, uma pesquisa que eu mesma fiz com uma equipe, nos anos 1980, nos permitiu denominar Copacabana um “parque fabril”. Existe uma fabricação gigantesca de coisas e que também faz parte da economia urbana, e ela não é contabilizada, não é considerada, mas é muito intensa. E é bastante importante para refletirmos. Então nem tudo é serviço ou venda, existe uma complexidade maior na economia urbana e eu penso que merece um aprofundamento exatamente nesta direção. Bem, aí, para falar um pouco desta coisa do homem lento, eu acho ótimo, por dez anos sem Milton Santos – que deu origem então ao que está sendo debatido nesta oportunidade – eu também fui entrevistada e disse: eu não acho que seja sem

Milton Santos, é com Milton Santos depende da área que você está trabalhando, seja na Geografia seja sem, mas nas outras áreas é com, inclusive nas Artes, existe uma penetração de Milton Santos muito grande em várias áreas, e se não há na Geografia é porque acha que esgotou as hipóteses, mas existem muitas e algumas eu vou expor Milton Santos não serão todas até por uma estratégia de sobrevivência... eu creio que é importante nesta categoria homem é a portabilidade. Se identificarmos homens e mulheres, crianças, negros, brancos, asiáticos e sei lá mais o que, eu acho que nós podemos chegar na fragmentação que é filosófica, que é humano genérico que não tem sexo, senão não teria graça os fenômenos de multidão, que não tem sentido de divisão, nós estamos trabalhando com o humano genérico, o fenômeno de multidão que eu digo é altamente associado às centenas de humanos genéricos. O que eu compartilho com você é independentemente de eu viver perto de você ou não, de eu viver na periferia ou não, não interessa, eu estou tão indignada como você, e isso existe socialmente. Então o homem lento, ele é a categoria do político concreto, ele é o humano genérico, ele não tem sexo – ele pode ter sexo evidentemente, mas ele não tem, a princípio, como categoria filosófica, este tipo de filiação. Tem que inventar uma outra palavra para dar conta disso, que não é homem... Então tá, pode chamar de deus pai, deus societário, deusa, deusas... o que quiser.

De qualquer maneira, nós não aqui a trabalhar as referências - nem pensar - as formulações acontecem com somatórios, ou com gentis percepções de características do outro, o avanço conflitual do humano genérico, grande parte também é o princípio da política. Quando eu for falar eu não vou falar exclusivamente das mulheres, a proposta que vai sair daqui é para o humano genérico, assim como eu imagino que o grande ganho que haveria, inclusive

para a humanidade seria que as mulheres fossem capazes de generalizar os princípios da sua própria experiência social independentemente do sexo de quem está ouvindo ou praticando o que nós podemos chamar de uma identidade, de uma herança cultural. Não importa o sexo, da mesma maneira que poderíamos pensar que o movimento da negritude tem princípios que nós poderíamos generalizar para toda humanidade, para todos a partir da sua experiência cultural e o seu acervo cultural. Há uma disputa aí de hegemonia, que está diretamente relacionada à maneira como nós concebemos e pensamos o humano genérico, e o homem lento ele é uma categoria do homem genérico. O que é de se pensar é como trabalhar a diametricidade entre o homem genérico – humano concreto – que acontece através da inclusão da instância espacial, pela conclusão teórica e filosófica de Milton Santos. E que é uma conclusão bastante radical.

Por outro lado, a questão que foi colocada, é com relação à ação. Com relação à ação, ela deixa marcas, espaciais sim, ela se desenvolve, através de determinadas espacialidades. Existe em MS uma valorização muito grande desta ação contida no presente que vem, inclusive de heranças, do pretérito. Ou dos futuros do pretérito, como diria? Então, esta herança que esta aí, que é o prático inerte, e que também é espaço, que de alguma maneira ela determina a ação. Agora, quando eu digo que a ação é tempo, é que sem uma grande percepção do tempo a ação política, sobretudo, ela não se realiza, ela não conquista. Então eu posso ter a determinação espacial extraordinária, mas se eu não tiver uma noção de tempo muito exata, o meu discurso aqui não penetra e não ganha. A estrutura discursiva em grande parte se dá por uma disputa de natureza política, que se você não tiver o controle do tempo

you do not win. And the specific determination of victory – or conquest – political, it is temporal. And it is not stuck in a spatial determination absolute, it is not. Then there is a relative autonomy of time – that sociology works – that needs to be known by the sciences of space. Because if we had a sociology and a “spatialology”, that is not it. It ends that the dialogue weakens, between the sciences. When I say “the third margin”, I am talking about a science that is dedicated to action, social action, Marx, Weber, all of them work in action, it is that which is our speciality, that is the contribution that we can make. And it was the basis of the dialogue with Milton Santos during a long time. The theories of action. Then action, it is time, if you want to enlarge the basis of space through time, you have to include also the domains of action. And not subordinate action to the domains of space directly, because if the agent loses a lot of analytical capacity, then, for example, I know that there is a debate in Geography, in which people prefer – I know why – to work with the agent category, than to work with the subject category and the actor category. Or protagonist. But for us it does not have the same sense this type of discussion, because the agent, for us, is the center of the structuring structures, then, in this case it corresponds, to the modeling of space. It happens that society does not exhaust itself with modeling.

Then we have the problematic of the subject – it is directly related to the main question of action between freedom. And I think that the question of the actor is related to the political representations and has the protagonist, that is the frontal debate of the present that will say who has the right to talk about time and who does not. We have a debate of great complexity in the political economies, between the movements of

politics and in the historicization. Then, when you reduce this, because you do not like the category of the subject, I say since the moment that I am going to do, because he understood, I cannot do anything. Patience. It happens that there is a huge debate contemporary that is being done, clearly, through a bad mood, disciplinary. 📖